

Muito além do dever de memória: uma crítica geopolítica da historiografia da ciência no Brasil

*Far Beyond the Duty of Memory: A Geopolitical
Critique of the Historiography of Science in Brazil*

Diego José Fernandes Freire

VASCONCELOS, Eduardo Henrique Barbosa de. *A ciência peculiar de Joaquim Antonio Alves Ribeiro*: Ceará – Harvard – Ceará. Teresina: Cancioneiro, 2024.

Temos uma geografia da exclusão

(*Albuquerque Júnior, 2007*).

Esse sujeito tantas vezes silenciado não pode senão falar. A voz que fala para preencher o silêncio, a voz que outros quiseram silenciar [...]. O próprio tempo não lhe pertence – tudo o que lhe resta é a voz, a possibilidade de indagar o passado com obstinação e de ocupar com palavras o presente (Fúks, 2017).

Já virou um lugar-comum apontar o processo centralizador da formação histórica brasileira. Inúmeros analistas deste fenômeno costumam destacar o papel que centros aglutinadores e irradiadores desempenharam na modelagem da sociedade brasileira (Botelho, 2010). Assim, categorias como metrópole, litoral, cidade, capital, corte e Estado costumam aparecer como os grandes sujeitos da história nacional, agentes responsáveis por imprimir o movimento histórico de transformação e de manutenção da sociedade brasileira. Não por outra razão, eventos-chave da nossa história, isto é, acontecimentos que são frequentemente mobilizados para explicar o país, tais como Descobrimto, Colonização, Povoamento, Escravidão, Independência e Industrialização, são praticamente impensáveis sem as categorias citadas no iní-

* Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia (IFPB), Catolé do Rocha, PB, Brasil. diego5739@gmail.com <<https://orcid.org/0000-0001-7651-5164>>

cio do parágrafo. O efeito desta abordagem é uma escrita da história do Brasil centrípeta, que deixa nas margens uma série de espaços, indivíduos, ideias e episódios, todos eles escanteados por uma linha narrativa mestra do devir histórico nacional.

A uma história contada a partir de eventos e processos centralizadores corresponderia igualmente uma historiografia centralizadora, notadamente em termos geográficos. É assim que, por exemplo, tomando as temáticas da Independência do Brasil e do Modernismo de 1922, as quais animaram o debate público e especializado nos últimos anos, a historiadora e antropóloga Lilia Schwarcz vem assinalando a existência de uma “historiografia sudestina” (Schwarcz, 2022, p. 105). Para ela, tal produção histórica é a responsável, em grande medida, por “sequestrar” eventos nacionais que ocorreram em várias partes do território, em acontecimentos pretensamente locais ou regionais, fazendo, a partir daí, todo um investimento simbólico para enaltecer dados espaços, figuras, ideias e valores. Destacar o Grito do Ipiranga ou a Semana de Arte Moderna não seria, assim, ato despropositado, mera recuperação histórica. Antes, estaria dentro de uma “política simbólica do sequestro” cujo fim é valorizar o papel de São Paulo na história do país.

Tal crítica, sem dúvida, não é nova. Evaldo Cabral de Mello, em livro de 2014 sugestivamente intitulado *A outra independência: o federalismo pernambucano de 1817 a 1824*, apontou o “rio-centrismo” (Mello, 2014, p. 12) da historiografia brasileira. Bem antes dele e de Lilia Schwarcz, contudo, historiadoras e historiadores universitários dos anos 1980 enfrentaram um vigoroso debate sobre a história regional, não se furtando a apontar os centros hegemônicos da historiografia brasileira, isto é, a região Sudeste, notadamente as histórias produzidas em São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais, as quais não raro arvoravam-se como “a” história do Brasil. Aqui, é possível citar os nomes de Sílvia Regina Ferraz Petersen e de Rosa Maria Godoy Silveira como duas historiadoras universitárias pioneiras desta crítica historiográfica (Ramos, 2022). Passados quase 50 anos, pode-se dizer que este debate geopolítico da historiografia brasileira continua firme e forte, como bem demonstra o livro a ser aqui resenhado.

Eduardo Henrique Barbosa de Vasconcelos, docente na Universidade Estadual de Goiás, entrou nessa discussão a partir de um curioso caso, qual seja: o de um médico cearense que acumulou, ao longo de sua vida profissional, feitos notáveis para um homem do século XIX que viveu em uma província distante da corte brasileira. Joaquim Antonio Alves Ribeiro (1830-1875), estudado por aquele historiador, foi o primeiro brasileiro nato a se formar na

universidade de Harvard, o que aconteceu em 1853. Após seu regresso ao Brasil, mais precisamente ao Ceará, o “Dr. Alves Ribeiro”, como era chamado, continuou com seu pioneirismo: primeiro médico contratado pela Santa Casa de Fortaleza, fundador do museu do Ceará, idealizador do jornal científico *A Lancêta* e principiante de procedimentos anestésicos em cirurgias médicas. Todas estas proezas são bem documentadas, esmiuçadas e contextualizadas por Eduardo de Vasconcelos, de forma a evitar, inclusive, o engrandecimento do indivíduo e a errônea ideia de um homem “à frente do seu tempo”. A questão do autor é outra.

Abrindo as primeiras páginas de *A ciência peculiar de Joaquim Antonio Alves Ribeiro: Ceará – Havard – Ceará*, e tendo em mente a trajetória inusitada de Alves Ribeiro, o autor lança o seu principal incômodo ao leitor, o qual balizará toda a reflexão: “por qual motivo essa história não foi contada, não foi devidamente registrada, não sendo, portanto, conhecida atualmente pela comunidade dos historiadores e pela comunidade em geral cearense e brasileira?” (Vasconcelos, 2024, p. 45). Na feliz expressão de Marshall C. Eakin, professor da universidade de Vanderbilt que apresenta o livro, Eduardo de Vasconcelos ajudou “a dar som aos silêncios da historiografia” (Vasconcelos, 2024, p. 28), mais precisamente da historiografia da ciência no Brasil, na medida em que, até a presente obra, Joaquim Antônio Alves Ribeiro permanecia praticamente um desconhecido. Somente por isso, de saída, a publicação é mais do que oportuna, ao trazer à baila um personagem histórico marginalizado pela historiografia.

Mesmo com pouquíssimo tempo de publicação, o livro já ganhou a tela de importantes sites de notícias, tais como BBC News Brasil, G1, Folha de São Paulo e Diário do Nordeste, nos quais obteve generosas reportagens (Cf. Paulino; Falconery, 2024; Biernath, 2024a; 2024b; BBC, 2024). Contra o anonimato de Joaquim Antonio Alves Ribeiro, personagem que ocupou o autor ao longo de sua formação acadêmica, realizada em instituições de diferentes regiões do país, como a Universidade Federal do Ceará (graduação), a Casa Oswaldo Cruz (mestrado) e a Universidade Federal do Rio Grande do Sul (doutorado), um dever de memória foi paulatinamente ganhando força, até virar uma tese de doutoramento, finalizada no ano passado sob a orientação do historiador gaúcho Temístocles Cezar. Para o livro, a principal alteração foi a supressão de dois capítulos, além da inserção de algumas notas de pesquisa, todas alocadas no final da obra.

Nesse sentido, dividida em apenas três capítulos, a obra investe em uma reconstrução possível da vida laboral do médico cearense, isto é, em sua for-

mação acadêmica e na prática médica em cidades como Natal, Recife e Fortaleza, bem como em sua atuação científica, a qual redundou não só no periódico *A Lancêta*, como também em livros, artigos, relatórios e cartas. Destrinchando bem o universo de formação médica no século XIX, nos níveis local, nacional e mundial, Eduardo de Vasconcelos mostra um médico cearense como um homem de ciência, bastante curioso, inquieto e erudito. Para ficarmos em um exemplo bastante significativo, tem-se a discussão em torno do nome do jornal científico *A Lancêta*, inspirado tanto no instrumento cirúrgico (lanceta) quanto no tradicional periódico científico inglês *The lancet*, para o qual Alves Ribeiro chegou a escrever.

Os capítulos dois e três trazem, respectivamente, a trajetória *sui generis* e a “ciência peculiar” do “Dr. Alves Ribeiro”. Mesmo com inúmeras lacunas a respeito de seu personagem histórico, Eduardo de Vasconcelos enfrentou satisfatoriamente o “desafio de escrever uma vida” (Dosse, 2009), não em sua totalidade ou inteireza, é certo, mas em seus traços possíveis, nas possibilidades do vivido, na aproximação do que pode ter sido. O objetivo não é biografar o sujeito-objeto, mas sim problematizar sua prática médico-científica, lançando mão de sua trajetória sinuosa e lacunar. Aqui, é bastante interessante a estratégia do autor para apontar o ingresso e a estadia de Alves Ribeiro em Harvard, ao sugerir uma relação (tanto de semelhança quanto de contraponto) com um primo deste último, Joaquim Barbosa Cordeiro, que também estudou medicina naquela universidade na primeira metade dos anos 1850.

Cumprir dizer que este desejo de memória, a que o livro respondeu bem, vai além da simples vontade de saber sobre uma vida, dentro do que é possível e provável conhecer a respeito dela. Pode-se dizer que a produção em apreço vai ao encontro do intento de Michel Foucault, bem manifestado nas seguintes palavras: “tornar visível o que não é visto, dirigindo-se a uma camada de material que, até então, não tinha tido pertinência alguma para a história e que não havia sido reconhecida como tendo qualquer valor moral, estético ou histórico” (Foucault, 1988 apud Spivak, 2010, p. 61). Com isso, indo além da lembrança de um sujeito esquecido, o autor alcança os mecanismos de silenciamento da vida e da atuação científica do “Dr. Alves Ribeiro”, colocando na mira a própria história da historiografia da ciência no Brasil, tal qual contada nos séculos XX e XXI. Tal analítica do esquecimento comparece em todo o livro, porém, é no primeiro capítulo, denominado “Uma história interposta”, que se enfrentam as razões pelas quais o médico e cientista cearense foi obliterado da história.

Mediante um diálogo historiográfico com a produção acerca da história

do Ceará e da ciência no Brasil, a referida parte visa demonstrar quais fatores historiográficos eclipsaram o nome e a atuação intelectual de Joaquim Antonio Alves Ribeiro. Ligado a uma região dita e vista majoritariamente a partir do trinômio seca-cangaço-messianismo, o “Dr. Alves Ribeiro”, tendo vivido antes do marco de 1877 e tomado a ciência quase que como um sacerdócio, não encontrou lugar na memória social cearense, alimentada por produções e nomes relacionados, de alguma forma, à miséria, ao misticismo e mandonismo. É como se o universo de retrocesso civilizatório da seca, de penúria material e intelectual, não comportasse a história de vida de alguém que praticou a ciência de ponta da época. Assim, o personagem-objeto de Eduardo de Vasconcelos escapou do “paradigma explicativo” (Vasconcelos, 2024, p. 57) da história cearense. Nesse passo, cabe apontar que o autor poderia ter problematizado mais tal historiografia, para além dos exemplos eloquentes dos trabalhos de Sebastião Rogerio de Barros da Ponte e Frederico de Castro Neves. Inevitável não se questionar: é possível reduzir toda uma produção histórica de uma região a um tema e seus subtemas? Como explicar então esta fixação historiográfica cearense pela seca?

Já no diálogo com a história da ciência no Brasil, Eduardo de Vasconcelos traz diversos exemplos, autores e autoras colhidos em diferentes épocas, do século XIX ao XXI, para mostrar que

A produção analisada busca legitimar as ações realizadas quase que exclusivamente no tripé Minas – Rio – São Paulo, abarcando com menos ênfase Minas Gerais nos séculos XVIII e XIX e com mais ênfase o Rio de Janeiro no século XIX e São Paulo no século XX. O resultado é a exclusão dos demais espaços constituintes do país, como Norte, Nordeste, Sul e Centro-Oeste na feitura da genealogia do saber nacional (Vasconcelos, 2024, p. 68).

O resultado prático e concreto desta *ideologia geográfica*, conceito tomado do geógrafo Antonio Carlos Robert Moraes, é a obliteração de cientistas de áreas não centrais, tais como Joaquim Antonio Alves Ribeiro, que, mesmo sendo de uma família abastada (proprietária de terras ligadas ao algodão), tendo estudado em uma universidade que posteriormente tornou-se uma das melhores do mundo e desempenhado tarefas importantes para a saúde pública e para a ciência no Brasil, não ganhou mais do que nótulas em livros científicos.

Além de pertencer a uma província periférica marcada pela seca, Eduardo de Vasconcelos conta ainda que outro fator concorreu para o eclipse histórico de seu objeto, a saber: seu não pertencimento às instâncias oficiais do Estado.

Segundo o historiador, na história da ciência nacional “o que se entende por ciência é a atividade feita por um determinado grupo de homens com formação e/ou experiência lastreada na ‘tradição europeia’, ligados ou subordinados ao Estado e que atuam em uma instituição oficial capaz de oferecer condições materiais e simbólicas” (Vasconcelos, 2024, p. 71). O “Dr. Alves Ribeiro”, ao contrário de outros cientistas da época, atuou por conta própria, a partir de iniciativas particulares, desprovidas do selo estatal do Império, como demonstra sua coleção particular de animais taxidermados, seu manual impresso na Europa sobre a arte de partejar e seu contato pessoal com instituições científicas estrangeiras. Assim, em tom de desafio, é bem válida a pergunta: “é possível fazer uma história das ciências no Brasil fora das instituições?” (Vasconcelos, 2024, p. 72).

Como se vê, o ponto alto da discussão está menos nos feitos extraordinários de Alves Ribeiro – os quais sem dúvida devem atrair inúmeros leitores e leitoras não especializados – do que na “pós-vida” do sujeito em foco, caracterizada por lacunas, nótulas e apagamentos. Surpreendentemente, não se encontra no livro uma maior problematização destes termos, produtos de uma baixa reflexão em torno da memória, muito embora as ciências humanas e a história da historiografia, em especial, ocupem-se há décadas destas temáticas. Tal fragilidade foi notada por Estevão de Resende Martins, importante nome da área de Teoria da história no Brasil, que também apresenta o corrente livro. Mesmo assim, o esquecimento não aparece como algo naturalizado, mero produto do tempo, da passagem dos anos. Longe disso, a “obliteração histórica”, expressão que aparece frequentemente nas páginas do livro, explica-se historicamente, ou melhor, geograficamente, vide as assimetrias espaciais da realidade brasileira.

Nos termos da teoria sociológica de Pierre Bourdieu, Joaquim Antonio Alves Ribeiro, tendo nascido e exercido sua prática médico-científica no Ceará, acumulou um *coeficiente simbólico negativo* (Bourdieu, 1990), ou seja, uma forma de capital simbólico às avessas, posto que prejudicial, em razão da história científica do Brasil ser centralizada no eixo político-econômico da nação. Em sociedades extremamente desiguais, expressões culturais oriundas de certos locais podem ser vistas como inferiores ou de baixa classe, o que resulta em estigmatização e limitação de oportunidades para aqueles que se identificam com essas formas de expressão. O “capital simbólico negativo” desempenha um papel importante na reprodução das desigualdades sociais, uma vez que reforça hierarquias sociais e perpetua a dominação de certos grupos e espaços sobre outros. É este mal de origem que Eduardo de Vasconcelos coloca

para nós com o caso “Dr. Alves Ribeiro”, interpelando tanto o passado quanto o presente de nossa sociedade.

Parece-nos que todo este espinhoso debate, muito vocalizado nos dias que correm, tem relação com a própria mudança que a Universidade vem passando no Brasil desde o início do século XXI. As políticas públicas dos últimos governos do Partido dos Trabalhadores (PT) para o Ensino Superior têm oportunizado aos jovens universitários não só chances de estudo em centros de excelência, como também a percepção crítica das desigualdades geográficas do país em termos de educação, ciência e cultura. Não à toa, estudando por dois anos na prestigiada Casa Oswaldo Cruz, Eduardo de Vasconcelos nunca ouviu nenhum docente da instituição pronunciar o nome de Joaquim Antonio Alves Ribeiro. Tal qual outras dimensões, a realidade acadêmica tende a refletir as estruturas de poder e privilégio da sociedade, o que incita a pensar e a falar sobre as desigualdades e os privilégios regionais no campo acadêmico nacional. Certamente, o autor amadureceu esta reflexão nos diversos encontros de que participou do Fórum de teoria da história e história da historiografia, iniciativa que, ocorrida em diferentes localidades do Nordeste entre os anos de 2016 e 2019, tomou como um dos seus motes o questionamento geopolítico da ciência no Brasil (Spíndola; Santos, 2018; Costa; Santos; Vasconcelos, 2023).

Em tempos em que a historiografia brasileira, por meio da teoria da história, verte seu olhar para o Sul Global, para uma vigorosa e importante crítica ao colonialismo eurocêntrico do campo (Oliveira, 2018; Pereira, 2018), as reflexões acima não deixam de ter uma marca decolonial (Seligmann-Silva, 2022). Todavia, elas não estão orientadas para uma crítica a um Ocidente abstrato e homogêneo, tampouco para uma validação de autores e autoras subalternizados no mercado simbólico da teoria. A decolonialidade que Eduardo de Vasconcelos parece trazer visceralmente reside no chamado “colonialismo interno”, no desnudamento dos efeitos da dinâmica colonial no interior do próprio país, ontem como hoje marcado por intensas desigualdades geográficas, as quais engendram produtores e consumidores, estabelecidos e marginais, lembrados e esquecidos. Como apontou um renomado artista baiano, “o Haiti é aqui”.

Os “olhos imperiais”, baseados na distinção quase que ontológica entre “the West and the rest” (Hall, 1996), também se apresenta nacionalmente, criando várias subalternidades internas, isto é, indivíduos, coletividades, espaços e ideias inferiorizados, haja vista que “constituídos pelos modos específicos de exclusão dos mercados, da representação política e legal, da possibilidade de se tornarem membros plenos no estrato social dominante” (Spivak,

2000, p. 20). A historiografia, imersa nas relações de disputa e sendo produzida nos centros de poder, cria e reforça tais subalternidades, garantindo fama, poder e reconhecimento para aqueles que já estão estabelecidos nos postos de comando. Para Eduardo de Vasconcelos, a escrita da história tem um *lugar epistêmico* (Pereira, 2018) atravessado por colonialismos internos, provenientes de uma geografia nacional bastante desigual. Por isso seu horizonte de análise a respeito das diversas fontes com as quais trabalha (livros, artigos, correspondências, jornais, manuais médicos, registros escolares etc.) é fundamentalmente geopolítico.

Como é comum nestas posturas decoloniais, a crítica historiográfica caminha *pari passu* com uma reflexão sobre a história. Tal é o que se observa também em *A ciência peculiar de Joaquim Antonio Alves Ribeiro: Ceará – Harvard – Ceará*:

O que chamamos de história não é a coleção de todas as ações de homens e mulheres de todos os grupos sociais desenvolvidas ao longo do tempo. Pelo contrário, a história nasce de escolhas, seleções que privilegiam fatos específicos, acontecimentos relacionados a determinados sujeitos ou grupos sociais em detrimento de outros. A exclusão ou a pouca visibilidade de grupos nativos e/ou afrodescendentes na história nacional é um bom exemplo do tipo de história que praticamos no Brasil, repleta de silêncios, exclusões e direcionada à manutenção do *status quo* (Vasconcelos, 2024, p. 43).

Situando-se no campo da história da historiografia, área que já há um tempo passa por um vigoroso crescimento no Brasil, Eduardo de Vasconcelos traz não só um reclame atual facilmente reconhecível, como apresenta uma postura ética que ataca déficits democráticos da sociedade brasileira. Daí o seu questionamento: “é possível fazermos uma história das ciências no Brasil que inclua uma multiplicidade de tempos, espaços, sujeitos e experiências?” (Vasconcelos, 2024, p. 72). No livro ora em apreço, a política da representatividade e do reconhecimento encontra o próprio saber histórico, satisfazendo tanto uma demanda social, em nome da democracia, quanto disciplinar, na medida em que pluraliza e diversifica os sujeitos da história, os de ontem e os de hoje. Assim, os vínculos entre democracia e história, bem como política e ciência, não poderiam estar mais bem explicitados, sobretudo no momento em que as duas práticas se encontram perigosamente abaladas no Brasil.

REFERÊNCIAS

- ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. *Preconceito contra a origem geográfica e de lugar: as fronteiras da discórdia*. São Paulo: Cortez, 2007.
- BBC. A curiosa e desconhecida história de Alves Ribeiro, o 1º médico brasileiro formado em Harvard. 5 abr. 2024. Disponível em: <https://g1.globo.com/educacao/noticia/2024/04/05/a-curiosa-e-desconhecida-historia-de-alves-ribeiro-o-1o-medico-brasileiro-formado-em-harvard.ghtml>. Acesso em: 3 mai. 2024.
- BIERNATH, André. A curiosa e desconhecida história de Alves Ribeiro, o 1º médico brasileiro formado em Harvard. 2 abr. 2024a. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/articles/c1rx23gvp13o>. Acesso em: 3 mai. 2024.
- BIERNATH, André. A curiosa e desconhecida história de Alves Ribeiro, o 1º médico brasileiro formado em Harvard. 2 abr. 2024. Disponível em: https://www1.folha.uol.com.br/equilibrioesaude/2024/04/a-curiosa-e-desconhecida-historia-de-alves-ribeiro-o-1o-medico-brasileiro-formado-em-harvard.shtml?utm_source=twitter&utm_medium=social&utm_campaign=twfolha. Acesso em: 3 mai. 2024.
- BOTELHO, André. Passado e futuro das interpretações do país. *Tempo Social*, v. 22, n. 1, pp. 47-66, São Paulo, 2010.
- BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1990.
- COSTA, Bruno Balbino Aires da; SANTOS, Evandro; VASCONCELOS, Eduardo Henrique Barbosa de (Orgs.). *Ensaios de Teoria da História & História da Historiografia*. Teresina: Cancioneiro, 2023.
- DOSSE, François. *O Desafio Biográfico: escrever uma vida*. Tradução de Gilson César Cardoso de Souza. São Paulo: Edusp, 2009.
- FOUCAULT, Michel. On Popular Justice: A Discussion with Maoists. In: FOUCAULT, Michel. *Power/Knowledge: Selected Interviews & Other Writings 1972-1977* by Michel Foucault. New York: Patheon Books, 1988. pp. 1-37.
- FÚKS, Julian. Prefácio. In: ELTIT, Diamela. *Jamais o fogo nunca*. Tradução de Julián Fuks. Belo Horizonte: Relicário, 2017.
- HALL, Stuart. The West and the Rest: Discourse and Power. In: HALL, Stuart et al. (Eds). *Modernity: An Introduction to Modern Societies*. Oxford, UK: Blackwell, 1996. pp. 184-228.
- MELLO, Evaldo Cabral de. *A outra Independência: o Federalismo pernambucano de 1817 a 1824*. São Paulo: Ed. 34, 2014.
- OLIVEIRA, Maria da Gloria de. Os sons do silêncio: interpelações feministas decoloniais à História da historiografia. *História da Historiografia*, Ouro Preto, v. 11, n. 28, pp. 104-140, 2018.
- PAULINO, Nicolas; FALCONERY, Lucas. Primeiro médico brasileiro formado em Harvard foi cearense: conheça a história de Alves Ribeiro. 30 abr. 2024. Disponível em: <https://diariodonordeste.verdesmares.com.br/ceara/>

- primeiro-medico-brasileiro-formado-em-harvard-foi-cearense-conheca-a-historia-de-alves-ribeiro-1.3506618. Acesso em: 3 mai. 2024.
- PEREIRA, Ana Carolina Barbosa. Precisamos falar sobre o *lugar epistêmico* na Teoria da História. *Tempo e Argumento*, Florianópolis, v. 10, n. 24, pp. 88-114, abr./jun. 2018.
- RAMOS, Matheus Pinheiro da Silva. *Um lugar de produção e a produção de um lugar: a construção da centralidade do eixo Rio-São Paulo na historiografia Acadêmica Brasileira (1990-2021)*. Dissertação (Mestrado em História) – Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Natal, 2022.
- SCHWARCZ, Lilia Moritz. As múltiplas independências do Brasil: emancipação como processo de autonomia. In: CONFEDERAÇÃO NACIONAL DA INDÚSTRIA (Org.). *200 anos de independência: a indústria e o futuro do Brasil*. Brasília: CNI, 2022. pp. 103-109.
- SELIGMANN-SILVA, Marcio. *A virada testemunhal e decolonial do saber histórico*. São Paulo, Campinas: Editora da Unicamp, 2022.
- SPÍNDOLA, Pablo; SANTOS, Wagner Geminiano dos (Orgs.). *Teoria da história e história da historiografia dos séculos XIX e XX*. São Paulo: Paco, 2018.
- SPIVAK, Gayatri Chakravorty. Foreword: Upon Reading the Companion to Postcolonial Studies. In: SCHWARZ, Henry; RAY, Sangeeta (Eds.). *A Companion to Postcolonial Studies*. Oxford: Blackwell, 2000. pp. XV-XXII.
- SPIVAK, Gayatri Chakravorty. *Pode o subalterno falar?*. Tradução de Sandra Regina Goulart Almeida, Marcos Pereira Feitosa e André Pereira Feitosa. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.
- VASCONCELOS, Eduardo Henrique Barbosa de. *A ciência peculiar de Joaquim Antonio Alves Ribeiro: Ceará – Harvard – Ceará*. Teresina: Cancioneiro, 2024.

